



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Resultados alcançados pelo Controle Social em parceria com o Controle Externo



Normativas do TCE-MT

PDI

- Resolução Normativa 12/2013

Institucionalizou o PDI no âmbito do TCE-MT

- Resolução Normativa 02/2017

Dispõe sobre a instituição permanente do Projeto de Aprimoramento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados, denominado Projeto Aprimora, no âmbito do PDI do TCE-MT

TRANSPARÊNCIA

- Resolução Normativa 25/2012

Aprovou a Guia de Implementação da Lei de Acesso à Informação e criação de Ouvidoria (Prefeituras são multadas por não cumprirem a lei)

- Resolução Normativa 14/2013

Inclui o Anexo III à Resolução Normativa nº 25/2012, que aprovou o Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação das Ouvidorias dos Municípios

Normativas do TCE-MT

SIC

Resolução de Consulta Nº 07/2014

Obrigatoriedade de instituir um canal de comunicação com o cidadão.

Viabilização por meio de sistema de ouvidoria

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Resolução Normativa 34/2016

Aprova a Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de gestão dos programas de alimentação e nutrição escolar dos entes fiscalizados pelo TCE-MT

CDCE

Resolução de Consulta Nº 09/2017

Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) deve seguir a Lei de Licitações nº 8.666/93, nas aquisições de bens e serviços e ou contratações

Resolução Normativa nº 2/2015

Classificação de Irregularidades

Código da Irregularidade	Descrição da irregularidade	LEI
N_06 (CC)	Obstrução à atuação dos conselhos exigidos em lei.	
N_07 (CC)	Não-implantação dos conselhos exigidos em lei.	
N_08 (T)	Realização de transporte escolar em desacordo com a legislação vigente	Lei nº 9.503/1997
N_10 (T)	Descumprimento das disposições da LAI – Lei de Acesso à Informação	Lei nº 12.527/2011 RN do TCE-MT nº 25/2012, atualizada pela RN do TCE-MT nº 14/2013
N_11 (T)	Não implementação das regras da Lei de Acesso à Informação nos padrões e prazos definidos	art. 5º da RN TCE-MT nº 25/2012, atualizada pela RN do TCE-MT nº 14/2013

Resolução Normativa nº 2/2015

Classificação de Irregularidades

Código da Irregularidade	Descrição da irregularidade	LEI
N_15. (Saúde)	Inadequação de estrutura física, de recursos materiais, humanos e tecnológicos, na área de saúde, no atendimento à população	Art. 6º, da CF/1988, Art. 2º, da Lei nº 8.080/1990, Resoluções RDC nº 50/2002 e nº 42/2010, da Anvisa e ao Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde – MT
N_16. (Educação)	Inadequação de estrutura física, de recursos materiais, humanos e tecnológicos, na área de educação, no atendimento à população	Inciso IX do art. 3º, da lei 9.394/1996 e art. 6º e 227, da CF/1988
N_19. (Alimento Escolar)	Não aplicação de 30% dos recursos destinados à merenda escolar (PNAE) na aquisição de produtos da agricultura familiar sem justificativa adequada	artigos 13 e 18, da Resolução FNDE nº 38/2009

Próximos Passos do PDI

1ª ETAPA: Poder Executivo

- ✓ Implantar o Planejamento Estratégico
- ✓ Nomear os conselheiros do Governo
- ✓ Reunir com a sociedade e/ou entidades para ativar ou extinguir os conselhos inativos
- ✓ Definir a data para apresentação das **metas** do Plano Estratégico para os conselheiros/sociedade e os resultados do GPE
- ✓ Definir as datas das reuniões de apresentação dos **resultados** alcançados no Planejamento Estratégico

Próximos Passos do PDI

2ª ETAPA: Responsável pelo PDI

- ✓ Verificar se as demandas da sociedade foram inseridas no Plano Estratégico
- ✓ Informar o Conselho quais demandas foram inseridas para acompanhamento
- ✓ Elaborar o cronograma de ações com os Conselhos e informar a SAI/SAUG
- ✓ Convocar os conselhos para participarem das audiências públicas sobre os planos dos municípios
- ✓ Apoiar o Poder Executivo na realização da apresentação do Plano Estratégico para os Conselhos

Próximos Passos do PDI

2ª ETAPA: Responsável pelo PDI

- ✓ Manter atualizado os dados dos conselhos no APLIC e no Portal Transparência do Município
- ✓ Cobrar da prefeitura o envio das audiências pelo PUG
- ✓ Informar as mudanças ocorridas na composição, legislação e ações dos conselhos para a SAI/TCE-MT

Vamos continuar

- Incentivando os gestores a publicar no Portal Transparência as informações dos Conselhos de Políticas Públicas
- Mantendo atualizado o Banco de Dados dos Conselhos na SAI
- Enviando email para os conselheiros com data e dia das audiências públicas, estimulando a participação e o controle social
- Fiscalizando e medindo os resultados alcançados
- Capacitando os Conselheiros e CDCE, se solicitado



**Comprometimento social
com os ganhos coletivos
exigem esforços de todos.**


**Se você veio até aqui hoje,
está fazendo a sua parte.**

**Bons ganhos e
bom trabalho a todos!**



Gratidão





Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br

Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO